

marxismo21

divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo

<https://marxismo21.org>

Ameaça fascista no Brasil atual?

Anita Leocadia Prestes

Regimes autoritários nem sempre devem ser identificados com fascismo ou neofascismo. Se partirmos da tese de V.I. Lenin de que o imperialismo é a fase superior do capitalismo, chegaremos à compreensão, com base na teoria marxista, de que sua principal característica consiste na formação do capital financeiro - entendido não só como o surgimento dos grupos monopolistas, como, em especial, a fusão do capital industrial com o capital bancário.¹ Tal pressuposto contribui para justificar a conceituação de *fascismo* a partir de sua base econômica, embora se reconheça que apenas esse aspecto não seja suficiente para caracterizá-lo.

A definição de fascismo proposta, em 1935, por Jorge Dimitrov, conhecido dirigente da Internacional Comunista, tem se revelado válida e atual, ao afirmar que o *fascismo* no poder se caracteriza por ser “a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro”². Temos, portanto, o fascismo associado essencialmente ao domínio do capital financeiro, o que não significa que exista um atrelamento automático de um regime fascista a todo sistema de dominação do capital financeiro. A correlação das forças de classe em confronto na sociedade será sempre, em última instância, a definidora da necessidade da burguesia recorrer ao fascismo para assegurar sua sobrevivência e sua continuidade em momentos de crise. Segundo J. Dimitrov, é tarefa do fascismo “assegurar no sentido político o êxito da ofensiva do capital, da exploração e do saque das massas populares

¹ LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esboço popular. In: _____. **Obras escogidas en tres tomos**. T. 1. Moscú, Ed. Progreso, 1961, p.689-798.

² DIMITROV, Jorge. La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera, contra el fascismo. In: _____. **El frente único y popular**. Sofia [Bulgária], Sofia-Press, 1969, p. 116-197, p. 117. (Tradução do espanhol da autora)

pela minoria capitalista e garantir a unidade da dominação dessa minoria sobre a maioria popular”³.

Frente à ascensão fascista na Itália, Antonio Gramsci escrevia em 1921 que o fascismo “em escala internacional” “é a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola”⁴. Já em 1924, o dirigente comunista italiano entendia que “não havia outra solução que não a fascista, depois que a classe operária, em 1920, fracassou em sua tarefa de criar com seus próprios meios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana”⁵.

Na mesma época, Clara Zetkin, dirigente do Partido Comunista Alemão, reconhecia no fascismo a incapacidade da burguesia defender-se por meios institucionais legais, recorrendo por isso a métodos “extralegais e extra-estatais”. Por outro lado, afirmava que o fascismo atrai amplas camadas sociais, grandes massas, inclusive o proletariado, não só graças à gravidade da crise, mas também por que esses elementos estão desencantados com o socialismo reformista e a falta de combatividade do comunismo.⁶

No Brasil, a ditadura militar, estabelecida com o golpe civil-militar de 1964, passou durante alguns anos por um processo de fascistização que, a partir do AI-5 (Ato Institucional Nº5), decretado em 13 de dezembro de 1968, se transformou em *ditadura fascista* – ditadura dos setores mais reacionários do capital financeiro internacionalizado, exercida fundamentalmente através do Alto Comando do Exército⁷. As medidas de exceção adotadas a partir do AI-5 haviam se tornado necessárias para controlar e esmagar as tentativas de reanimação das lutas populares tanto em setores dos trabalhadores quanto, em particular, do movimento estudantil.⁸

Ao caracterizar a ditadura militar no Brasil, a partir da vigência do AI-5, como *fascista* faz-se necessário ponderar que o fascismo não constitui um fenômeno passível

³ DIMITROV, Jorge. El frente único y la reaccion burguesa. In: _____. **El frente único y popular**. Op. cit., p. 10-13, p.11. (Tradução do espanhol da autora).

⁴ GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. V. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 46.

⁵ Ibidem, p. 57.

⁶ Ver AYCOBERRY, Pierre. **La question nazie**. Paris, Éditions du Seuil, 1979, p. 77-78.

⁷ Ver CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

⁸ Ver PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo, Boitempo, 2015, p. 421- 24.

de ser definido como estabelecido definitivamente. Palmiro Togliatti, importante dirigente comunista italiano, companheiro de Gramsci, que enfrentou diretamente o regime de Mussolini, escreveu a respeito em 1935:

É preciso não considerar o fascismo como qualquer coisa de definitivamente caracterizada, é preciso considerá-lo no seu desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou um modelo, mas como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultantes de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas.⁹

Há que assinalar que, embora no Brasil nem mesmo às vésperas do golpe de abril 1964 estivesse posta na ordem-do-dia uma “ameaça revolucionária” aos interesses das classes dominantes, o país é parte do continente latino-americano, em que os efeitos da Revolução Cubana se faziam sentir, levando o grande capital internacionalizado, em particular o de origem estadunidense, a adotar medidas de caráter preventivo. Nesse sentido, continua válida a observação de Shafik Jorge Handal, dirigente comunista salvadorenho, ao defender a tese de que “o fascismo é acima de tudo uma *contrarrevolução*”¹⁰ e, no caso da América Latina, os regimes fascistas foram principalmente uma resposta à Revolução Cubana¹¹. Referindo-se ao Brasil, S. Handal escrevia em 1976:

O modelo brasileiro adquiriu grande prestígio entre as classes dominantes latino-americanas e, especialmente, entre os estrategistas do imperialismo yanque, até se converter no núcleo da alternativa contrarrevolucionária para toda a América Latina.¹²

O dirigente salvadorenho mostrava-se favorável à atribuição do título de fascismo ao modelo brasileiro, uma vez que “expressa em essência o fascismo de hoje nas condições da América Latina”¹³, e acrescentava:

A função histórica do fascismo na América Latina consiste em *salvar o capitalismo dependente, modernizando-o, promovendo-o a passar a fase de capitalismo monopolista dependente e, onde existam condições para isso, ao capitalismo monopolista de Estado dependente*.¹⁴

⁹ TOGLIATTI, Palmiro. Le fascisme italien – huit leçons, **Recherches Internationales**, Paris, n. 68, 3º trimestre 1971, p. 27-28. (Tradução do francês da autora)

¹⁰ HANDAL, Schafik Jorge. El fascismo en América Latina. **América Latina**, Moscú, n. 4, Ed. Progreso, p. 121- 146, 1976, p. 124. (Tradução do espanhol da autora)

¹¹ Ibidem, p. 142.

¹² Ibidem, p. 132.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem; destaques do autor.

Embora possa considerar-se discutível a tese da transição ao Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil¹⁵ a partir do estabelecimento da ditadura militar e de sua evolução para um regime fascista, é inegável que as medidas adotadas por esse regime permitiram que a articulação do capital financeiro internacionalizado - com a participação dos monopólios brasileiros dele dependentes e a ele associados - e o Estado nacional assumisse grande importância na economia brasileira, tornando-se fator decisivo na economia e em toda a vida da Nação. Cabe lembrar que a ultimamente a teoria do Capitalismo Monopolista de Estado vem sendo resgatada e renovada por autores marxistas dedicados ao estudo do conceito de Estado proposto por Karl Marx¹⁶. É indiscutível que, sem um regime de tipo fascista, nas condições existentes no país à época, não teria sido possível implantar tais medidas, dadas as resistências reveladas pelo nível atingido das contradições sociais então presentes.

Destacando o papel modernizador do fascismo, S. J. Handal escrevia que, enquanto a função dos “regimes tradicionais é *conservadora*, visando favorecer as oligarquias latifundiárias e burguesas”,

a função do fascismo é salvar o capitalismo dependente *frente à revolução e modernizá-lo*, favorecendo os consórcios transnacionais e os burgueses locais seus associados, salvar e consolidar a hegemonia política e militar do imperialismo ianque ameaçada de colapso na nossa região.¹⁷

Ainda que o fascismo deva ser entendido como regime político, como “expressão política superestrutural” do capitalismo, para S. Handal, ele possui “fundamentos econômicos e sociais”, assim como “um programa a ser realizado nesses terrenos”. O dirigente salvadorenho sublinhava que o “*fascismo é antes de tudo um fenômeno superestrutural, um fenômeno político dentro do capitalismo, próprio da época do seu declínio histórico*”¹⁸.

Ao afirmarmos que a ditadura militar que se estabeleceu no Brasil era fascista, principalmente a partir da decretação do AI-5, devemos reconhecer que suas

¹⁵ A tese de PRESTES, Anita Leocadia. **O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades** (Moscou, Instituto de Ciências Sociais, 1975) defende a teoria hoje polêmica de um Capitalismo Monopolista de Estado dependente no Brasil.

¹⁶ BINUS, Gretchen, LANDEFELD, Beate and WEHR, Andreas. **State Monopoly Capitalism**. London, Manifesto Press, 2017, *apud* GODELS, Greg. O regresso bem-vindo do Capitalismo Monopolista de Estado, in <https://www.resistir.info/crise/smc_resenha_20jul18_p.html>, consulta realizada em 17 mar. 2019.

¹⁷ HANDAL, Schafik Jorge. El fascismo en América Latina. Op. cit., p. 141; destaques do autor.

¹⁸ *Ibidem*, p. 129.

características, assim como as de outros regimes do mesmo tipo na América Latina dos anos 1970, foram distintas dos exemplos conhecidos na Europa nos anos 1930-40. S. Handal apontava para uma especificidade significativa do fascismo na América Latina: o exército substituindo o papel do partido, embora, ao desempenhar essa função, pudesse facilitar sua derrota.¹⁹ Como se procurou mostrar, o que existe de comum entre todos os tipos de regimes fascistas é sua essência econômica – ditadura terrorista dos elementos mais reacionários do *capital financeiro*, hoje internacionalizado, contando com a inclusão de monopólios nacionais dele dependentes e a ele associados.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento de ditaduras fascistas historicamente sempre resultou da incapacidade das forças progressistas e/ou revolucionárias apresentarem uma alternativa que pudesse ser vitoriosa, fator que as levaria ao descrédito perante amplos setores populares, como fora registrado ao seu tempo por Clara Zetkin²⁰, abrindo caminho para a ascensão de grupos fascistas representativos dos interesses mais reacionários do capital financeiro.

Vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-85) garantiram as condições necessárias – o esmagamento das resistências por parte de diversificados setores populares – para que fosse estabelecido um novo patamar do sistema capitalista no país que pudesse garantir os lucros espetaculares do grande capital financeiro internacionalizado. Nova crise do capitalismo mundial no início dos anos 1970, com as conhecidas consequências desastrosas para amplos setores populacionais, provocaria a reanimação da resistência e das lutas de tais setores, cujo momento de virada no Brasil foi a derrota da ditadura nas eleições parlamentares de 1974, não obstante as limitações existentes ao exercício democrático do voto.

Como resultado da nova correlação de forças criada no país, com a reanimação das lutas populares, quando as greves operárias no ABCD (1978-79) constituíram seu momento culminante, e em particular com o avanço do movimento por uma “anistia ampla, geral e irrestrita” para os presos e perseguidos políticos, assim como as mudanças ocorridas no panorama mundial provocadas com o recuo dos partidários da Guerra Fria, tornou-se premente à preservação dos interesses do grande capital internacionalizado

¹⁹ Ibidem, p. 144-45.

²⁰ Ver acima nota n° 6.

contribuir para a transição a um regime democrático, que fosse o mais limitado possível dentro das condições existentes.

Dadas a debilidade e a desarticulação dos setores de oposição à ditadura – em parte devido ao seu esmagamento pela violenta repressão de que foram vítimas -, houve no Brasil uma *transição pactuada*, sob a liderança de políticos liberais como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, para uma democracia restrita sob a tutela militar, em que a anistia promulgada estendeu-se aos torturadores. Fenômeno semelhante teve lugar em maior ou menor medida nas transições democráticas ocorridas a partir do desgaste das ditaduras em países como Chile, Argentina, Uruguai.

Estabeleceu-se no Brasil uma democracia tutelada pelo *poder militar*, consagrado com a introdução do artigo 142 na Constituição de 1988. Luiz Carlos Prestes escreveu a respeito que nesse artigo foram atribuídas às Forças Armadas “*funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático*”, esclarecendo: “*Trata-se de preceito que constituiu uma das maiores ou, mesmo, a maior vitória dos generais na Constituinte*” (...), pois “*eles (os militares) ganham (na Constituinte) todas as batalhas*”²¹. Segundo Prestes:

Em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três poderes do Estado. *Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas na direção política da Nação*, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República quanto os três poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, como vem se fazendo desde os decretos de Getúlio Vargas de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores em que a questão social era considerada uma questão de polícia, segundo o senhor Washington Luís.²²

A presença e o domínio do *poder militar* na vida nacional, denunciados por Prestes, assim como a manutenção da Lei de Segurança Nacional e do entulho da legislação fascista implantada no Brasil nos 21 anos de ditadura militar (1964 a 1985) perduraram durante os governos que a sucederam, inclusive nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores). Estes deram continuidade a políticas de corte neoliberal, associadas a medidas assistencialistas (*Bolsa Família* etc.) e nada fizeram para elevar o nível de organização e consciência política das massas trabalhadoras, não as prepararam

²¹ PRESTES, Luiz Carlos. Um ‘poder’ acima dos outros. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 28 set. 1988.

²² *Ibidem*; grifos da autora.

para enfrentar a ofensiva do capital financeiro internacionalizado, que viria a partir de 2008 com a grave crise que abalou o sistema capitalista mundial. Na realidade, os governos do PT seguiram o exemplo da socialdemocracia europeia, ou seja, levaram adiante políticas reformistas, sem jamais questionar os fundamentos capitalistas da sociedade brasileira atual – caminho este que fracassaria no continente europeu e revelaria sua total incapacidade de abrir perspectivas para a superação das sucessivas crises do sistema capitalista do qual o Brasil faz parte em posição dependente e subordinada.

A partir de meados de 2013, a insatisfação popular se fez sentir nas manifestações que tiveram lugar por todo o país, as quais, tudo indica, foram habilmente manipuladas por setores ligados ao grande capital visando desestabilizar os governos do PT, cuja política se tornara insatisfatória para atender aos interesses do capital financeiro internacionalizado numa situação de crise econômica e grande descontentamento popular. Para o grande capital assegurar a continuidade dos seus lucros fabulosos era necessário adotar medidas drásticas de contenção de despesas orçamentárias, penalizando mais ainda as massas trabalhadoras.

Desde o início do segundo governo Dilma Rousseff (2015-16), com os efeitos da crise internacional repercutindo fortemente na economia brasileira, a presidente procurou aplicar soluções inspiradas no receituário neoliberal, nomeando com tal objetivo, dentre outros, ministros como Joaquim Levy e Katia Abreu para as pastas da Fazenda e da Agricultura respectivamente – personagens reconhecidos pelo seu comprometimento com tais políticas. O insucesso da adoção dessas medidas, voltadas a restringir os direitos trabalhistas e previdenciários dos setores populares, mantendo os benefícios destinados ao agronegócio e a outros grupos empresariais, aliado à inabilidade política da presidente no trato com o Congresso Nacional, facilitaria a desestabilização do seu governo e a realização do *golpe jurídico-parlamentar* deflagrado contra ela, em 2016, de acordo com os ditames do capital financeiro internacionalizado e, antes de tudo, pelos setores ligados ao imperialismo estadunidense. Seguiu-se no Brasil o mesmo modelo de golpe que já fora aplicado em Honduras e no Paraguai. Sob a aparência de *impeachment* democraticamente decretado pelo Congresso Nacional, evitava-se o desgaste dos tradicionais *golpes militares* tantas vezes executados no passado no continente latino-americano.

Ainda em 2014, prevendo a provável eleição de Luiz Inácio Lula da Silva na próxima sucessão presidencial, foi montada com o juiz federal Sérgio Moro, da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, a chamada “Operação Lava Jato”, que contou com a colaboração de especialistas estadunidenses no assunto. Com a aproximação da data das eleições presidenciais, previstas para outubro de 2018, a candidatura de Lula passou a contar com a preferência do eleitorado, segundo as pesquisas que iam sendo divulgadas pelas agências especializadas, o que representava para o capital financeiro internacionalizado o risco da volta de governos do PT e das dificuldades que teria que enfrentar para aplicar medidas drásticas de cortes orçamentários atingindo grandes contingentes de trabalhadores brasileiros, inclusive os aposentados. Com o recurso a uma sentença desprovida de provas, Sérgio Moro condenou Lula a mais de doze anos de prisão, mantendo-o encarcerado nas dependências da Polícia Federal em Curitiba. Garantiu-se assim a ausência de sua candidatura no pleito de 2018.

No decurso de uma campanha eleitoral desprovida de nomes expressivos, ou seja, de lideranças representativas de setores importantes da sociedade brasileira, despontou no cenário nacional a candidatura do capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro, que se utilizando de um discurso de direita, declaradamente anti-PT, e do apoio público de setores do capital financeiro internacional, como é o caso de Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump e especialista em desinformação²³, conseguiu capitalizar a insatisfação popular com os políticos em geral e com os governos do PT, em particular. Para isso, foi decisiva a campanha de difamação do PT, feita principalmente através da utilização da internet em larga escala.

Na busca de uma saída anti-povo para a grave crise que afeta o Brasil nos últimos anos, o capital financeiro internacionalizado, na falta de uma candidatura mais expressiva, optou por apoiar Jair Bolsonaro. Vale lembrar que seu principal assessor durante a campanha eleitoral, o economista Paulo Guedes, conhecido *chicago-boy*, nomeado ministro da Fazenda do seu governo, é um dos fundadores do *Instituto Millenium* (Imil), entidade que defende e difunde os valores e os interesses do grande capital.²⁴

²³ Ver, por exemplo, <<https://www.youtube.com/watch?v=B8u64kzj4FO>>, consulta realizada em 9 out. 2018.

²⁴ Ver, por exemplo, <<https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7109305/quem-e-paulo-guedes-o-ministro-da-fazenda-se-bolsonaro-for-presidente>>, consulta realizada em 9 out. 2018.

Se o capital financeiro, em 1933, optou na Alemanha pela entrega do poder a Hitler, hoje, no Brasil, o capital financeiro internacionalizado, sem outra opção, entregou o poder a Bolsonaro, da mesma forma que o fez com Hitler, através de processos eleitorais, reveladores da grande insatisfação de numerosos setores sociais. Num país como o Brasil, onde inexistia tradição partidária, isso pôde acontecer sem a existência de partido fascista, sem uniformes fascistas e sem a mística fascista dos anos 1930, sem expansionismo militar declarado e sem racismo explícito. As formas são outras, mais elaboradas, com a utilização em larga escala dos meios fornecidos pela informática, mantendo sempre o discurso anticomunista e propagando a violência contra todos que se opõem aos seus objetivos, inclusive por meio da ação de grupos radicais similares às hordas fascistas dos anos 1930-40.

O *Alto Comando do Exército* – expressão do *poder militar*, cuja permanência está consagrada na Constituição de 1988, conforme advertira Luiz Carlos Prestes²⁵ – diante do fracasso, revelado pelas pesquisas eleitorais, do candidato tucano Geraldo Alckmin, não encontrou outra solução senão emprestar apoio à candidatura de Jair Bolsonaro para presidente da República, reforçando a escolha feita pelos representantes diretos da capital financeiro internacionalizado. As palavras de Bolsonaro, dirigidas ao ex-comandante do Exército, general Villas Boas, durante a cerimônia de transmissão de cargo do Ministério da Defesa, de que o general é “um dos responsáveis” por sua eleição são reveladoras desse comprometimento com o Alto Comando do Exército²⁶.

Como no período da ditadura militar, o *Alto Comando do Exército* pode ser considerado o partido fardado do capital financeiro internacionalizado. O discurso nacionalista dos generais governistas, em grande parte dos casos, é apenas uma cortina de fumaça para encobrir a subordinação crescente aos interesses externos, em particular dos EUA. Nesse sentido é reveladora a designação pelo Exército brasileiro do general de brigada Alcides Valeriano de Faria Júnior para ocupar o cargo de subcomandante de interoperabilidade do Comando Sul dos EUA. Conforme reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo*,

O Comando Sul, atualmente chefiado pelo almirante Craig Faller, é uma unidade militar dos Estados Unidos responsável por coordenar os interesses estratégicos do país na América do Sul, na América Central e no Caribe.

²⁵ Ver acima nota n. 21.

²⁶ Ver <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-senhor-um-dos-responsaveis-por-eu-estar-aqui-diz-bolsonaro-comandante-do-exercito-23341238>>, consulta realizada em 6 mar. 2019.

“É uma coisa tão insólita, tão inusitada, que eu não me lembro de nenhuma situação semelhante, a não ser em tempo de guerra”, alertou o ex-chanceler Celso Amorim.

A participação do militar brasileiro feita por Faller no Congresso dos EUA é o coroamento do processo de militarização do poder no Brasil e, ao mesmo tempo, da tutela norte-americana sobre o governo Bolsonaro.²⁷

Ao examinar o comportamento de grandes grupos empresariais capitalistas, sejam nacionais – associados ao capital externo –, sejam multinacionais, verifica-se seu entusiasmo com a eleição de Jair Bolsonaro. Washington Cinel, dono da empresa de vigilância privada Gocil e gestor internacional do Lide Segurança, declarou em debate recente organizado pelo jornal inglês *Financial Times* e pela revista *Voto*: “*Estamos no caminho certo, o Brasil vai viver o melhor momento de sua história. Não tem como não ser.*” Outros grandes empresários o acompanharam fazendo declarações semelhantes.²⁸ A política de privatizações indiscriminadas proclamada pelo atual governo é uma de suas características mais marcantes.

Contrariamente aos que defendem a tese de que fascismo e liberalismo seriam incompatíveis, de que fascismo e políticas de privatizações de empresas estatais não se coadunariam, recorrendo para tal ao exemplo dos regimes fascistas dos anos 1930-40, é oportuno lembrar que o discurso dos líderes desses regimes não só não excluía a colaboração e a submissão aos monopólios privados, como as proclamava abertamente. Pouco depois da “marcha sobre Roma” e em diversos discursos, Mussolini deixou clara sua posição a respeito:

Trata-se de liberar o Estado de algumas atribuições que não são da sua competência e que cumpre mal (...) penso que o Estado deve renunciar a suas funções econômicas e em particular às que são exercidas através de monopólios, porque nessa matéria o Estado não é competente (...) é preciso acabar com o Estado ferroviário, o Estado rodoviário, o Estado segurador (...)²⁹

²⁷ Ver ROSA, Fernando. Partido do Exército alia o Brasil ao perdedor no jogo mundial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo., 5 mar. 2019.

²⁸ AMADO, Guilherme. O presunto e as moscas. **Época**, 25 fev. 2019, p. 26-28.

²⁹ BRIONES, Alvaro. **Economía y política del fascismo dependiente**. México, Siglo XXI, 1978, p. 278, *apud* GUERIN, Daniel. **Fascismo y gran capital**. España, Ed. Fundamentos, 1973, p.304. (Tradução do espanhol da autora)

Também o nazismo na Alemanha, assim que assumiu o poder, declarou estar disposto a “acabar com todas as tentativas de estatização dos últimos anos. As empresas estatais se converterão de novo em empresas privadas”.³⁰

Tais exemplos ajudam a compreender que não existe justificativa histórica para negar a possibilidade real de o atual governo enveredar pela via da crescente fascistização diante, de um lado, da insatisfação e da revolta popular com as medidas programadas (reforma da previdência, legislação trabalhista, etc.) contrárias aos interesses dos trabalhadores e, de outro lado, da desorganização e da debilidade das forças de oposição e, em particular, das forças de esquerda, ao se revelarem incapazes de levar adiante as transformações profundas que se tornaram necessárias para assegurar a soberania nacional e a garantia dos direitos fundamentais da grande maioria da população brasileira.

O regime atual (a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016) resultou de uma nova ofensiva do capital financeiro internacionalizado frente às consequências da crise que afetou a economia capitalista mundial a partir de 2008 e à incapacidade dos governos do PT de enfrentá-la seja atendendo aos interesses do capital seja na defesa dos anseios populares. Com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República, o Alto Comando do Exército – expressão do *poder militar* consagrado na Constituição de 1988 - volta a assumir o protagonismo que tivera durante a ditadura militar. A evolução do atual regime de exceção que vem sendo implantado no país aponta para tendências que indicam a possibilidade de sua transformação em ditadura fascista. A derrota dessa alternativa dependerá da capacidade de resistência da maioria da nação e principalmente do nível de organização, de mobilização e de consciência da classe operária e dos trabalhadores do país. De nada adiantará a formação de frentes democráticas de cúpula desligadas e distanciadas das massas trabalhadoras. Sem a mobilização de amplas massas populares na defesa de seus direitos sociais, civis, políticos e culturais não se impedirá o avanço da fascistização da Nação.

Rio de Janeiro, outubro de 2019.

³⁰ *Le Temps*, 12 fev. 1933, cit. BRIONES, Álvaro. Ibidem, p. 279, *apud* GUERIN, Daniel. Ibidem, p. 305. (Tradução do espanhol feita pela autora)

